



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO E ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO E DOS EFEITOS PEDAGÓGICOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB

Francisca Nemézia Caldeira do Nascimento

RESUMO

A garantia do direito à escolarização de estudantes com necessidades educacionais específicas tem exigido das redes públicas de ensino respostas institucionais e pedagógicas capazes de articular inclusão educacional e aprendizagem da leitura e da escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental. No âmbito municipal, a efetivação das políticas depende das condições de gestão, da organização da rede, da formação dos professores e das práticas desenvolvidas nas escolas. Nesse quadro, o presente estudo tem como objetivo analisar como as políticas públicas de inclusão educacional são implementadas na rede municipal de São José de Piranhas e compreender de que maneira essa implementação influencia as práticas pedagógicas e os resultados de alfabetização de estudantes com necessidades educacionais específicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa aplicada, de caráter descritivo e analítico, desenvolvida por meio de estudo de caso, com abordagem predominantemente qualitativa e apoio de dados quantitativos descritivos. O campo da investigação será constituído pela Secretaria Municipal de Educação e por escolas da rede municipal que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental. Participarão do estudo gestores educacionais, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores alfabetizadores e professores do atendimento educacional especializado, quando houver. A coleta de dados será realizada por meio de análise documental, entrevistas semiestruturadas, observação não participante e levantamento de registros escolares relacionados ao acompanhamento da alfabetização. Espera-se que a pesquisa permita identificar como o arcabouço normativo é traduzido em ações no contexto da rede, reconhecer mecanismos de gestão e de articulação intersetorial, analisar repercussões nas práticas pedagógicas e evidenciar barreiras institucionais, pedagógicas e formativas que dificultam a alfabetização inclusiva. Ao final, pretende-se produzir subsídios para o aprimoramento das políticas municipais, com recomendações voltadas à formação docente, à organização da gestão educacional e ao fortalecimento das condições de atendimento aos estudantes.

Palavras-chave: escolarização; leitura e escrita; gestão educacional; prática docente; necessidades educacionais específicas.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo envolve o tema de políticas públicas educacionais de inclusão no âmbito municipal e sua materialização no processo de alfabetização. Nesse contexto, destaca-se que a alfabetização, quando tomada também como política pública passa a atuar como critério de justiça educacional, porque condiciona o acesso das crianças ao repertório cultural escolarizado e à própria inteligibilidade do currículo nos anos iniciais; por isso, as redes municipais, que concentram a oferta do Ensino Fundamental nessa etapa, terminam convertidas em espaço decisivo de disputa entre direito, gestão e pedagogia.

Contudo, o problema se adensa em municípios de pequeno porte, nos quais a mesma estrutura administrativa precisa responder simultaneamente a padrões nacionais de regulação curricular e avaliação, a restrições de capacidade estatal e a desigualdades que se acumulam na escola pública, com impacto mais severo sobre estudantes com deficiência, para os quais barreiras de participação se somam a fragilidades pedagógicas e a trajetórias escolares descontinuadas, como assinala o Todos Pela Educação (2024).

É importante salientar que a produção normativa nacional não resolve, por si, o problema da aprendizagem, pois os textos de política carregam concepções concorrentes de criança, linguagem e método, que se reconfiguram quando atravessam a gestão local e chegam à sala de aula. Castro; Nogueira e Ferreira (2023), examinando a Política Nacional de Alfabetização, sustentam que seu desenho incorpora uma racionalidade compatível com agendas neoliberais e tende a desconsiderar o acúmulo histórico de discussões

democráticas na formação de professores e na pesquisa em alfabetização, deslocando a centralidade do trabalho pedagógico para um vocabulário técnico que estreita o debate.

A comparação entre documentos também explicita tensões estruturais de forma que Bittencourt e Cesa (2023) mostram divergências entre a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quanto à concepção e ao método, embora haja convergência na delimitação temporal do ciclo alfabetizador e na ênfase atribuída à Educação Infantil como preparação de habilidades.

Na interface com a inclusão, a alfabetização precisa ser compreendida como direito educacional substantivo, cujo cumprimento demanda políticas que incidam sobre acessibilidade, recursos, práticas docentes e acompanhamento individualizado, sob pena de a matrícula cumprir função meramente estatística e a aprendizagem permanecer interdita.

Dessa forma, a análise desse objeto exige um olhar capaz de captar o percurso da política desde sua formulação textual até sua realização cotidiana, pois entre norma e prática há escolhas, conflitos e traduções que produzem efeitos desiguais. Costa e Medeiros (2024) sistematizam a utilidade analítica de distinguir contextos de influência, de produção do texto e de prática, justamente para apontar como diferentes atores e arenas condicionam o que a política permite, exige e silencia, além de indicar limites quando faltam dinâmicas que articulem tensões estruturais entre contextos.

Essa lente é produtiva para o município de São José de Piranhas, na Paraíba, porque permite tratar as leis municipais de inclusão como textos que se conectam a disputas federais, a rotinas

administrativas da Secretaria Municipal, a expectativas de famílias e a condições de trabalho docente na escola, produzindo, no ponto de chegada, formas específicas de organizar tempo pedagógico, atendimento educacional, adaptação curricular e avaliação formativa no ciclo de alfabetização.

Portanto, o tema se apresenta como investigação das políticas públicas municipais de inclusão e de alfabetização, focalizando seus efeitos sobre práticas e resultados de leitura e escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com recorte no município de São José de Piranhas e atenção específica aos estudantes com necessidades educacionais específicas.

O interesse científico parte da tentativa de compreender como as leis municipais e os referenciais nacionais são apropriados por gestores e professores, quais dispositivos chegam ao planejamento alfabetizador, que barreiras persistem na execução e que evidências de progressão ou de atraso se tornam visíveis na trajetória escolar dessas crianças, sem confundir cumprimento formal da norma com garantia material do direito. Busca-se, com isso, produzir uma leitura crítica da governança local da inclusão, articulando desenho normativo, implementação escolar e equidade de aprendizagem, de modo a oferecer subsídios analíticos para aperfeiçoamento das decisões municipais e para reorientação de práticas alfabetizadoras sustentadas por direitos.

1.1 PROBLEMÁTICA E HIPÓTESES

Embora o Brasil possua um robusto arcabouço normativo voltado à educação inclusiva especialmente a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e políticas curriculares nacionais que

orientam a alfabetização, a efetivação do direito à aprendizagem depende fundamentalmente da capacidade de implementação das redes municipais de ensino.

Nos municípios, as políticas educacionais são traduzidas em decisões administrativas, práticas pedagógicas e formas de organização do ensino que influenciam diretamente o acesso e a permanência dos estudantes público-alvo da educação especial nas classes comuns. Entretanto, pesquisas recentes indicam que a existência de legislação e dispositivos institucionais não garante, por si só, mudanças estruturais nas práticas pedagógicas nem melhoria nos resultados de aprendizagem.

Persistem lacunas relacionadas à formação docente, à articulação entre serviços multiprofissionais e práticas pedagógicas, à organização curricular e à disponibilidade de recursos de acessibilidade. Dessa forma, a implementação das políticas de inclusão tende a ocorrer de forma desigual entre redes e escolas, produzindo diferentes níveis de efetividade no processo de alfabetização.

Diante desse cenário, emerge a seguinte questão de investigação: Como as políticas públicas de inclusão educacional são implementadas na rede municipal de ensino de São José de Piranhas - PB e de que modo essa implementação influencia as práticas pedagógicas e os resultados de alfabetização de estudantes com necessidades educacionais específicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

Esta investigação parte de três hipóteses:

- a) As políticas municipais de inclusão no município de São José de Piranhas tendem a ser apropriadas pelos

professores alfabetizadores mais como exigência administrativa e documental do que como referência estruturante do planejamento, de modo que sua presença se evidencia em registros, encaminhamentos e justificativas, mas produz pouca reorientação sistemática das práticas de leitura e escrita voltadas aos estudantes com necessidades educacionais específicas.

- b) A execução municipal da inclusão tende a se concentrar no eixo saúde e assistência, com maior robustez no atendimento multiprofissional e nos fluxos de encaminhamento do que na intervenção pedagógica cotidiana, o que limita a capacidade do marco normativo local de incidir diretamente no trabalho alfabetizador em sala e de sustentar adaptações curriculares e avaliativas necessárias à progressão em leitura e escrita.
- c) A incorporação efetiva das políticas de inclusão no ciclo de alfabetização varia conforme o nível de formação continuada para alfabetização inclusiva, a disponibilidade de tempo de planejamento, recursos e suporte técnico-pedagógico na escola.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar como as políticas públicas de inclusão educacional são implementadas na rede municipal de São José de Piranhas e compreender de que maneira essa implementação influencia as práticas pedagógicas e os resultados de alfabetização de estudantes com necessidades educacionais específicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Examinar o arcabouço normativo nacional e municipal que orienta as políticas de inclusão e alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- Investigar os mecanismos de governança e implementação das políticas de inclusão na rede municipal de ensino de São José de Piranhas, considerando processos administrativos, pedagógicos e intersetoriais.
- Analisar como professores alfabetizadores incorporam as políticas de inclusão no planejamento pedagógico, nas estratégias didáticas e nos processos de avaliação da leitura e escrita.
- Identificar barreiras institucionais, pedagógicas e formativas que interferem na efetivação da alfabetização inclusiva.
- Propor diretrizes e recomendações para o aprimoramento das políticas municipais de alfabetização inclusiva, considerando formação docente, gestão educacional e

articulação intersetorial.

3 JUSTIFICATIVA

A relevância deste estudo se sustenta, em primeiro lugar, na tensão entre o direito público à alfabetização e a persistência de resultados insuficientes nos anos iniciais, quadro que recoloca o município como instância decisiva de implementação e de correção de rumos. Em 2023, 56% das crianças das redes públicas alcançaram o patamar de alfabetização definido pelo Inep para o 2º ano do ensino fundamental, o que implica reconhecer que uma parcela expressiva ainda não atinge o nível esperado no tempo escolar previsto, mesmo depois do esforço de recomposição pós-pandemia (Inep, 2024).

Esse quadro é agravado quando se observa que análises de políticas de alfabetização têm insistido na existência de assimetrias territoriais e administrativas na capacidade de organizar currículo, formação e acompanhamento, o que amplia a pertinência de investigações situadas e institucionalmente ancoradas, sobretudo quando se pretende compreender efeitos concretos na escola pública municipal (Todos Pela Educação, 2024).

Ademais, é importante considerar que a expansão das matrículas da educação especial, embora necessária, não garante por si o avanço em leitura e escrita, especialmente nas etapas em que a alfabetização estrutura toda a trajetória escolar. O Censo Escolar 2023 registrou 1.771.430 matrículas na educação especial, com maior concentração no ensino fundamental, totalizando 62,90% (1.114.230), além de crescimento do percentual de estudantes incluídos em classes comuns na faixa de 4 a 17 anos, que passou de 94,2% em 2022 para 95% em 2023 (Inep, 2024).

Esse cenário torna metodologicamente relevante investigar como redes municipais organizam a alfabetização para alunos com necessidades educacionais específicas, pois a política se legitima quando se converte em condições de ensino, mediações pedagógicas e progressão observável em leitura e escrita, tema que a própria Unicef (2022) vem associando a riscos persistentes de pobreza de aprendizagem em contextos marcados por desigualdades.

No caso de São José de Piranhas-PB, o estudo é pertinente ao considerar os dispositivos municipais já instituídos e suas possíveis interfaces com a escola como unidade de execução e de responsabilização pública. A Lei Municipal nº 760/2022 prevê serviços de atendimento amplo com equipe multiprofissional e articulação entre saúde e assistência social para crianças e adolescentes com deficiência e necessidades especiais, fazendo referência ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, o que abre uma agenda intersetorial cujos efeitos educacionais precisam ser examinados, inclusive no planejamento alfabetizador e na remoção de barreiras pedagógicas (São José de Piranhas, 2022; Brasil, 2015).

Já a Lei Municipal nº 813/2023 cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com atribuições propositivas, deliberativas e fiscalizadoras, além de afirmar o atendimento por políticas sociais básicas, entre elas a educação, o que institui um arranjo de governança que pode incidir sobre prioridades, metas e monitoramento de ações no território (São José de Piranhas, 2023). Nessa moldura, investigar a Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Irapuan de Vasconcelos Sobral como lócus empírico permitirá observar o percurso que

vai do texto legal e dos desenhos de governança às rotinas escolares de alfabetização e aos resultados de leitura e escrita de alunos com NEEs.

Além disso, a justificativa acadêmica se amarra ao que estudos recentes vêm mostrando sobre o hiato entre normatividade inclusiva e condições efetivas de ensino nos anos iniciais, com destaque para formação docente e gestão escolar. Godoi; Rocha e Leite (2023) evidenciam, no campo da formação de professores alfabetizadores, a presença de fragilidades quando a inclusão de crianças com deficiência entra como exigência concreta da sala de aula, o que tende a produzir respostas pedagógicas pouco sistematizadas e dependentes de iniciativas individuais.

Em chave convergente, Medeiros et al. (2024) identifica elementos que as equipes gestoras precisam enfrentar para escolarização inclusiva em escolas comuns, como a leitura social do conceito de deficiência, o sentido atribuído aos diagnósticos, a organização escolar e a articulação entre ensino comum e ensino especial, fatores que atravessam a alfabetização, porque modulam expectativas, práticas de avaliação e formas de intervenção. Por fim, Soares e Ribeiro (2023) mostram como a própria linguagem normativa pode carregar pressupostos capacitistas e induzir caminhos segregadores sob aparência de garantia de escolha, lembrando que a crítica à política é parte da defesa de uma implementação comprometida com aprendizagem e participação, argumento que legitima uma análise das políticas locais e de seus efeitos na produção de práticas de leitura e escrita.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 INCLUSÃO EDUCACIONAL E ALFABETIZAÇÃO COMO DIREITO: BASES CONCEITUAIS E NORMATIVAS

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento brasileiro pelo Decreto nº 6.949/2009, reconhece o direito à educação sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades. Na mesma direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) define a educação especial como modalidade ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) estabelece sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Com isso, a educação na perspectiva inclusiva passa a integrar o núcleo das obrigações do poder público no campo educacional.

Mantoan (2004) lê esse processo como enfrentamento de uma tradição assistencialista e terapêutica que sustentou, por longo tempo, a separação entre alunos tidos como regulares e alunos remetidos a circuitos paralelos. Quando a autora observa que a Constituição de 1988 não autoriza a diferenciação fundada na deficiência, seu argumento desloca a discussão do acesso formal para a estrutura da escola e para os critérios pelos quais ela reconhece quem pertence ao ensino comum.

Ainscow (2020), por sua vez, situa a educação inclusiva em um horizonte mais amplo ao tratá-la como resposta sistêmica ao desafio de incluir todas as crianças na escola. O autor propõe que a análise recaia sobre as

barreiras produzidas pelos contextos, pelas políticas e pelas práticas institucionais que restringem acesso, participação e aprendizagem. Nesse enquadramento, a inclusão, então, se articula à equidade e à reforma da escola comum, e não à multiplicação de vias separadas de atendimento.

No ordenamento educacional brasileiro, destaca-se que a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 atribui ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) a função complementar ou suplementar, voltada à oferta de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem barreiras à participação e à aprendizagem. O Decreto nº 7.611/2011 mantém a mesma direção vinculando o AEE ao ensino regular, sem autorizar sua substituição. Assim, a política de inclusão não transfere para um espaço paralelo aquilo que cabe ao currículo comum. A alfabetização do estudante público da educação especial permanece inscrita no direito à escolarização compartilhada, enquanto o AEE atua na criação das condições de acesso ao currículo.

Nesse contexto, Soares (2004) aponta que a alfabetização diz respeito à apropriação do sistema convencional de escrita, ao passo que o letramento remete ao uso social da leitura e da escrita. Sua elaboração recusa, de um lado, a redução da alfabetização ao treino mecânico de codificação e decodificação e, de outro, a diluição do ensino do sistema de escrita em práticas vagas de contato com textos. Desse

modo, o direito à alfabetização nos anos iniciais exige ensino sistemático da língua escrita em articulação com práticas sociais de leitura e escrita, de modo que a criança se aproprie do sistema e, ao mesmo tempo, compreenda seus usos no mundo social.

Ao retomar o fundamento constitucional da educação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) afirma que ela é “direito de todos e dever do Estado e da família” (Brasil, 2018, p. 11). Sendo assim, entende-se que a alfabetização faz parte de um conjunto de direitos de aprendizagem que redes, escolas e professores devem assegurar. Na mesma direção, a BNCC define aprendizagens essenciais para todos os alunos, enquanto o Plano Nacional de Educação (PNE) articula, na Meta 4, o sistema educacional inclusivo e, na Meta 5, a alfabetização nos anos iniciais (Brasil, 2014).

Na formulação federal atual, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada reafirma essa convergência ao definir como finalidade a garantia do direito à alfabetização até o final do 2º ano do ensino fundamental e a recomposição das aprendizagens nos anos seguintes. O guia do MEC publicado em 2026, voltado à implementação inclusiva da avaliação contínua da aprendizagem, explicita que a educação inclusiva constitui princípio estruturante dessa política (Brasil, 2026).

4.2 GOVERNANÇA, IMPLEMENTAÇÃO E ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E ALFABETIZAÇÃO

No campo da implementação, a política pública não se realiza de modo automático a partir de sua formulação normativa. Lotta (2019) mostra que a implementação precisa ser compreendida a partir dos atores que operam os serviços, das regras que organizam sua atuação, das condições institucionais e dos espaços de discricionariedade presentes no cotidiano.

Ademais, a autora supracitada assinala que são esses agentes que convertem diretrizes abrangentes em decisões práticas, em cenários atravessados por ambiguidades, pressões organizacionais e restrições de recursos. Em redes municipais de ensino, esse processo alcança professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares, profissionais do atendimento educacional especializado e equipes técnicas das secretarias de educação. Nesse quadro, a governança da alfabetização inclusiva precisa ser examinada por meio da distribuição de responsabilidades, dos fluxos de decisão, dos mecanismos de supervisão e das formas pelas quais a política ganha materialidade no trabalho escolar.

Salienta-se que o Decreto nº 11.556/2023 institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios, e o documento técnico

do programa define gestão e governança como seu primeiro eixo, articulado aos demais sob a mesma lógica interfederativa. O texto estabelece atribuições específicas para cada ente, prevendo elaboração de políticas territoriais e municipais, indicação de articuladores e acompanhamento da implementação (Brasil, 2023).

Nessa direção, o documento afirma que a finalidade consiste em “garantir que 100% dos municípios e 100% dos estados elaborem e publiquem sua política de alfabetização municipal, territorial ou distrital em até 90 dias após a adesão ao Compromisso” (Brasil, 2023, p. 10). A formulação institui uma arquitetura de coordenação que envolve definição de encargos, acompanhamento sistemático e vinculação entre planejamento local e orientação nacional. Para a esfera municipal, isso significa que a política de alfabetização passa a depender de capacidade administrativa, coordenação pedagógica e continuidade institucional.

Quando a alfabetização é considerada em articulação com a educação inclusiva, a coordenação do sistema precisa observar a posição do ensino comum e a função do atendimento educacional especializado. A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 determina a matrícula dos estudantes público da educação especial nas classes comuns do ensino regular e no AEE, e define esse atendimento como complementar ou suplementar, voltado à oferta de serviços, recursos de acessibilidade e

estratégias para eliminação de barreiras à participação e à aprendizagem.

Essa definição normativa produz efeitos diretos sobre a gestão da alfabetização nos anos iniciais, uma vez que o ensino da leitura e da escrita permanece inscrito no currículo comum, enquanto o AEE atua na garantia de condições de acesso, participação e permanência. Assim, a implementação da política requer articulação entre secretaria, escola, sala comum e serviços especializados, de modo que planejamento, acompanhamento pedagógico, avaliação e acessibilidade não se convertam em ações fragmentadas.

Givigi et al. (2020) evidenciam que a garantia do direito à educação das pessoas com deficiência envolve relações entre educação e outras políticas de proteção social. Hostins e Mantovani (2025) identificam que a intersetorialidade vem sendo formulada por meio de atuação em rede e colaboração entre educação, saúde e assistência social, ao mesmo tempo em que persistem obstáculos vinculados à comunicação entre serviços, à insuficiência de dispositivos institucionais de cooperação, à disponibilidade de recursos humanos e à continuidade das ações.

No plano normativo, o Decreto nº 6.286/2007, que institui o Programa Saúde na Escola, já havia estabelecido uma base formal de articulação entre educação e saúde. Em contextos municipais, essa configuração influencia a alfabetização inclusiva, sobretudo quando o acompanhamento de estudantes com necessidades educacionais específicas

depende de fluxos de encaminhamento, produção compartilhada de informações e definição clara de atribuições entre os setores, sem transferência da responsabilidade pedagógica da escola para serviços externos.

Convém salientar, ainda, que a governança das políticas de inclusão e alfabetização também envolve monitoramento, formação e liderança. A OECD (2023) organiza a análise das políticas de inclusão em cinco áreas: governança, recursos, desenvolvimento de capacidades, intervenções no nível da escola e monitoramento e avaliação. Nesse modelo, a governança aparece associada ao marco regulatório, à administração das responsabilidades, à distribuição dos recursos e à construção de instrumentos capazes de acompanhar resultados e orientar correções.

Já a UNESCO (2024) sustenta que planos nacionais precisam apoiar quatro dimensões da liderança, quais sejam, definição de expectativas, foco na aprendizagem, colaboração e desenvolvimento de pessoas, e registra que autoridades centrais e locais podem induzir coerência sistêmica quando dispõem de atribuições claras, formação e condições de trabalho. Para a análise de uma rede municipal, esses referenciais permitem examinar como a política se expressa em comitês, protocolos, rotinas de acompanhamento pedagógico, uso de dados de avaliação, formação continuada e relações entre secretaria e unidades escolares.

À luz do exposto, a investigação sobre São José de Piranhas requer a observação do plano normativo, dos arranjos de coordenação interfederativa, dos fluxos intersetoriais e das práticas de acompanhamento que incidem sobre o trabalho pedagógico nos anos iniciais. A implementação das políticas de inclusão e alfabetização, nesse sentido, pode ser analisada como processo institucional que envolve normas, atores, capacidades administrativas, decisões pedagógicas e mecanismos de monitoramento, todos eles inscritos nas condições concretas da rede municipal.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa será desenvolvida com o propósito de compreender como as políticas de inclusão educacional vêm sendo implementadas na rede municipal de ensino de São José de Piranhas, na Paraíba, e de que modo essa implementação repercute nas práticas pedagógicas e nos resultados de alfabetização de estudantes com necessidades educacionais específicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para atender a esse propósito, o estudo articulará análise documental e pesquisa de campo, de modo a reunir informações sobre o plano normativo, a organização da gestão educacional e o trabalho pedagógico realizado nas escolas.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza aplicada, uma vez que

busca produzir conhecimento voltado à compreensão de um problema situado no âmbito da gestão educacional e da prática pedagógica, com possibilidade de subsidiar encaminhamentos para a rede municipal investigada. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva e analítica, pois pretende descrever como as políticas de inclusão e alfabetização são organizadas no contexto municipal e examinar os efeitos pedagógicos decorrentes de sua implementação.

No que se refere ao delineamento, o estudo será conduzido como pesquisa de campo associada à pesquisa documental, assumindo a forma de estudo de caso. A escolha por esse delineamento decorre do interesse em examinar, de maneira aprofundada, uma realidade específica, considerando suas normas, seus agentes, suas práticas e seus condicionantes institucionais.

A abordagem será predominantemente qualitativa, com apoio de dados quantitativos descritivos extraídos de registros escolares e indicadores educacionais disponíveis. Essa combinação se mostra adequada quando se pretende compreender processos, sentidos, práticas e relações institucionais sem desconsiderar informações objetivas sobre acompanhamento da alfabetização. A pesquisa qualitativa permite apreender os significados atribuídos pelos sujeitos às experiências vividas no contexto escolar, enquanto os dados descritivos contribuem para situar o fenômeno analisado em sua dimensão concreta e

organizacional, conforme discutem Gil (2019) e Minayo (2014).

5.2 CARACTERÍSTICAS DO CAMPO DA PESQUISA

O campo da pesquisa será constituído pela Secretaria Municipal de Educação de São José de Piranhas - PB e pelas escolas da rede municipal que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental e atendem estudantes com necessidades educacionais específicas. A inclusão da Secretaria Municipal de Educação no campo do estudo justifica-se pelo fato de que é nesse espaço que se concentram a formulação local, a coordenação administrativa, a distribuição de recursos, a orientação pedagógica e a articulação intersetorial relacionadas às políticas de inclusão e alfabetização.

As escolas selecionadas comporão o campo empírico principal da investigação, uma vez que é nelas que a política se materializa nas rotinas pedagógicas, no planejamento docente, na organização do atendimento educacional especializado, na avaliação da aprendizagem e na relação entre professores, gestão escolar e estudantes.

A caracterização do campo considerará informações como número de escolas participantes, localização, etapas ofertadas, presença de salas ou serviços de atendimento educacional especializado, perfil das turmas observadas e formas de acompanhamento da alfabetização existentes na rede. Essas informações serão levantadas previamente

junto à Secretaria Municipal de Educação e às unidades escolares.

5.3 AMOSTRA DA PESQUISA

A amostra da pesquisa será do tipo intencional e não probabilística, definida a partir da relação direta dos participantes com o objeto investigado. Serão incluídos, como participantes, gestores da Secretaria Municipal de Educação envolvidos com as áreas de inclusão, anos iniciais ou alfabetização, gestores escolares e coordenadores pedagógicos das unidades selecionadas, professores alfabetizadores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental e professores do atendimento educacional especializado, quando houver.

Também integrarão o corpus da pesquisa os documentos normativos, administrativos e pedagógicos produzidos no âmbito da rede municipal e das escolas, bem como registros escolares relacionados ao acompanhamento da alfabetização de estudantes com necessidades educacionais específicas, desde que acessados de forma ética e sem identificação nominal.

A estimativa é que o estudo tenha 16 participantes distribuídos da seguinte forma: 2 gestores da Secretaria Municipal de Educação, 3 gestores escolares, 3 coordenadores pedagógicos, 6 professores alfabetizadores e 2 professores do atendimento educacional especializado.

5.3.1 Critérios de inclusão

Serão considerados como critérios de inclusão os seguintes aspectos: ser profissional vinculado à rede municipal de ensino de São José de Piranhas e atuar diretamente na gestão, no acompanhamento pedagógico ou no processo de alfabetização de estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental; estar em exercício no período de realização da coleta de dados; possuir experiência relacionada à implementação de ações de inclusão educacional e/ou alfabetização; e aceitar participar voluntariamente da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

No caso dos documentos, serão incluídos os materiais normativos, pedagógicos e administrativos vigentes ou utilizados pela rede municipal e pelas escolas no período delimitado para a investigação, tais como leis, resoluções, orientações pedagógicas, projetos institucionais, planejamentos, registros avaliativos e relatórios de acompanhamento da aprendizagem, desde que guardem relação direta com o objeto do estudo.

5.3.2 Critérios de exclusão

Serão excluídos da pesquisa os profissionais que, embora vinculados à rede municipal, não atuem diretamente com a gestão da inclusão, o ciclo de alfabetização ou o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Também serão excluídos aqueles que estiverem afastados de suas funções no período da coleta, os que não aceitarem participar voluntariamente da pesquisa ou os que, após anuência inicial, desistirem de participar em qualquer etapa do estudo.

No que se refere aos documentos, serão excluídos materiais sem relação direta com a temática investigada, documentos desatualizados sem uso institucional no período analisado e registros escolares que não possam ser consultados de forma anonimizada ou cuja utilização não seja autorizada pela instituição responsável.

5.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os instrumentos de coleta de dados desta pesquisa serão organizados de modo a permitir a apreensão do objeto em suas dimensões normativa, institucional, pedagógica e documental. O primeiro instrumento será o roteiro de análise documental (Apêndice A). Segundo Gil (2019), a pesquisa documental permite o exame de materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reinterpretados à luz dos objetivos do estudo. Severino (2017) assinala que esse procedimento favorece a identificação de informações relevantes contidas em leis, diretrizes, relatórios, planejamentos e registros institucionais.

Nesta pesquisa, o roteiro de análise

documental será utilizado para examinar o arcabouço normativo nacional e municipal, os documentos institucionais da Secretaria Municipal de Educação e os materiais pedagógicos das escolas, permitindo identificar diretrizes, responsabilidades, estratégias previstas, mecanismos de acompanhamento e formas de articulação entre inclusão e alfabetização.

O segundo instrumento será o questionário (Apêndice B), composto por questões abertas e fechadas, a ser aplicado aos gestores da Secretaria Municipal de Educação, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores alfabetizadores e professores do atendimento educacional especializado. Para Severino (2017), o questionário corresponde a um conjunto de questões elaborado com a finalidade de obter informações dos participantes acerca de determinado problema de pesquisa. Gil (2019) acrescenta que esse instrumento é adequado para levantar opiniões, percepções, práticas e condições de atuação dos sujeitos investigados.

Neste estudo, o questionário buscará reunir informações sobre como as políticas são compreendidas e executadas no cotidiano da rede, quais condições institucionais sustentam sua implementação, como se organizam o planejamento pedagógico, as estratégias didáticas e os processos de avaliação, bem como quais barreiras são percebidas pelos profissionais no trabalho com a alfabetização inclusiva.

O terceiro instrumento será o roteiro de observação não participante, a ser utilizado nas unidades escolares selecionadas. Gil (2019) define a observação como um procedimento de coleta que possibilita ao pesquisador captar diretamente aspectos da realidade investigada, acompanhando comportamentos, práticas e interações em seu contexto de ocorrência. Minayo (2014) observa que, na pesquisa qualitativa, a observação amplia a compreensão do fenômeno estudado por permitir aproximação com a dinâmica concreta em que ele se manifesta.

Sendo assim, aqui, o roteiro de observação (Apêndice C) focalizará situações de planejamento pedagógico, organização da sala de aula, recursos utilizados, mediações docentes, participação dos estudantes e procedimentos de avaliação da leitura e da escrita. A observação terá caráter não participante e será registrada em diário de campo, com a finalidade de complementar as informações obtidas nos questionários e nos documentos.

O quarto instrumento consistirá em uma ficha de levantamento de registros escolares e indicadores educacionais (Apêndice D), elaborada para sistematizar informações secundárias de forma padronizada. Gil (2019) destaca que instrumentos estruturados de registro favorecem a organização e a comparabilidade dos dados extraídos de documentos institucionais, enquanto Severino (2017) afirma que a sistematização das informações é

condição necessária para assegurar coerência entre a coleta e os objetivos da pesquisa.

Portanto, a ficha será utilizada para reunir dados referentes ao acompanhamento da alfabetização, frequência, encaminhamentos pedagógicos, adaptações realizadas e resultados de aprendizagem disponíveis na rede, sempre sem identificação nominal dos estudantes. Esses dados serão utilizados apenas para fins analíticos e descritivos, em articulação com os demais materiais produzidos no estudo.

5.5 INTERVENÇÃO

Embora esta pesquisa não se caracterize como intervenção pedagógica direta, o estudo prevê uma ação de devolutiva ao campo investigado, entendida como etapa de socialização dos resultados e de sistematização de subsídios para o aperfeiçoamento das práticas institucionais. A intervenção consistirá, portanto, na elaboração e entrega de um guia orientador em formato PDF, destinado à Secretaria Municipal de Educação e às escolas participantes da pesquisa, acompanhado de um encontro de apresentação e discussão do material com os profissionais envolvidos.

A escolha desse formato decorre da própria natureza do estudo, que examina políticas públicas, formas de implementação, práticas pedagógicas e condições institucionais da alfabetização inclusiva no âmbito da rede municipal. Nesse caso, a devolutiva em forma

de guia técnico se mostra mais adequada porque possibilita registrar, de maneira organizada e acessível, uma síntese dos principais achados da pesquisa, das barreiras identificadas no campo e das proposições formuladas a partir da análise realizada. Além disso, por se tratar de um material escrito, sua utilização pode se estender para além do momento de encerramento da pesquisa, servindo de apoio à gestão educacional, à coordenação pedagógica e ao trabalho docente.

O guia orientador será elaborado após a conclusão da análise dos dados e conterá, de forma objetiva, os seguintes eixos: panorama do estudo e de seus resultados; principais dificuldades observadas na implementação das políticas de inclusão e alfabetização; aspectos favoráveis já existentes na rede; orientações voltadas ao fortalecimento da articulação entre gestão, coordenação pedagógica, professores alfabetizadores e atendimento educacional especializado; e sugestões para o aprimoramento do acompanhamento pedagógico e avaliativo dos estudantes com necessidades educacionais específicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A socialização desse material ocorrerá em momento previamente acordado com a Secretaria Municipal de Educação, por meio de encontro presencial ou remoto, com caráter expositivo e dialógico. Nessa ocasião, serão apresentados os resultados da pesquisa, o conteúdo do guia e as recomendações produzidas, de modo a favorecer a reflexão dos profissionais sobre a realidade investigada.

Assim, a intervenção não terá finalidade de treinamento, experimento ou aplicação didática em sala de aula, mas de retorno ao campo da pesquisa, com potencial para subsidiar encaminhamentos institucionais e fortalecer a discussão sobre a alfabetização inclusiva na rede municipal de ensino.

5.6 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Os dados produzidos na pesquisa serão analisados por meio de triangulação entre documentos, questionários, observações e registros escolares, procedimento que, segundo Minayo (2014), permite articular diferentes fontes de informação e ampliar a compreensão do fenômeno investigado, favorecendo maior consistência interpretativa.

Essa escolha se justifica pela natureza do estudo, uma vez que a análise da implementação das políticas de inclusão e de seus efeitos sobre a alfabetização exige a consideração conjunta de dimensões normativas, institucionais, pedagógicas e documentais.

O material qualitativo oriundo dos questionários com questões abertas, das observações e dos documentos será submetido à análise de conteúdo, conforme a proposta de Bardin (2016), desenvolvida por meio das etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos dados, categorização temática e interpretação.

Para a autora, esse procedimento

possibilita identificar núcleos de sentido presentes nas comunicações e relacioná-los aos objetivos do estudo. Nessa direção, as categorias analíticas serão construídas a partir dos objetivos da pesquisa e do conteúdo efetivamente encontrado no campo, contemplando aspectos como o arcabouço normativo, os mecanismos de governança, as formas de implementação das políticas, as práticas pedagógicas de alfabetização inclusiva, os processos de avaliação da aprendizagem e as barreiras institucionais, pedagógicas e formativas.

Segundo Franco (2018), a categorização é uma etapa essencial da análise de conteúdo, pois permite organizar os dados de modo coerente e interpretar os significados presentes no material empírico. Os dados quantitativos descritivos extraídos dos registros escolares e dos indicadores educacionais serão organizados em quadros e tabelas, com uso de frequências simples, percentuais e comparações internas, quando pertinentes.

Gil (2019) observa que a estatística descritiva, em pesquisas sociais e educacionais, contribui para ordenar, resumir e apresentar informações objetivas, sem afastá-las do contexto em que foram produzidas. Neste estudo, esses dados serão utilizados como apoio à análise qualitativa, contribuindo para a compreensão mais precisa do caso investigado.

A interpretação final será realizada de forma articulada, relacionando os achados

empíricos aos objetivos da investigação e ao debate teórico sobre inclusão educacional, alfabetização e implementação de políticas públicas no contexto escolar, conforme orienta Minayo (2014), ao defender que a análise qualitativa deve considerar a relação entre dados empíricos, referencial teórico e contexto social no qual o fenômeno se insere.

5.7 RISCOS DA PESQUISA

5.7.1 Possíveis riscos desta pesquisa

Toda pesquisa envolve algum tipo de risco, mesmo que seja mínimo. É importante que o pesquisador esteja ciente desses riscos e tome medidas para minimizá-los ou eliminá-los. Alguns dos principais riscos associados à pesquisa geralmente incluem: riscos psicológicos, violação de privacidade, violação de ética, riscos legais, entre outros.

De acordo com a tabela de riscos e medidas minimizadoras da Universidade Federal de Afeenas – NIFAL/MG, Comitê de Ética em Pesquisa CEP-UNIFAL/MG) “o pesquisador deve analisar possibilidades de danos imediatos ou posteriores, no plano individual ou coletivo, informando os riscos em todas as etapas da pesquisa, e a apresentar clara e detalhada dos procedimentos para evitar, minimizar, corrigir ou sanar os riscos inerentes a eles decorrentes”.

Nesta pesquisa, o recurso utilizado para a coleta de dados será o questionário. Este tipo de instrumento, pode apresentar alguns

riscos, como: baixa taxa de resposta, erros de amostragem, viés de resposta, falta de clareza ou ambiguidade nas questões, problemas de confiabilidade e validade.

Na execução da pesquisa, buscar-se-á estratégias que inviabilizem os riscos possíveis, por meio de: obtenção de aprovação de um comitê de ética em pesquisa, o uso de procedimentos seguros e a garantia de que todos os participantes sejam devidamente informados sobre a natureza da pesquisa e seus possíveis riscos.

No que concerne ao instrumento aplicado, será considerado o desenvolvimento de um questionário claro, preciso e bem estruturado. Além disso, a seleção adequada da amostra e o estabelecimento de uma comunicação clara e transparente com os participantes, contribuirá para garantir uma boa taxa de resposta. O uso de perguntas abertas e fechadas evitará a falta de clareza e ambiguidade nas questões.

5.7.2 Medidas para minimização de riscos

Além do que foi exposto, anteriormente, diversas medidas serão tomadas para minimizar os riscos da pesquisa, tais como:

- Planejamento cuidadoso, visando identificar os possíveis riscos envolvidos na pesquisa, buscando eliminá-los;
- Ética na pesquisa, para garantir que os direitos dos participantes sejam

respeitados e protegidos. Isso inclui obter consentimento informado, visando garantir a privacidade e a confidencialidade das informações coletadas e garantir que a pesquisa seja realizada de forma justa e imparcial;

- Amostragem adequada, considerando que esta seleção é importante para garantir que a pesquisa seja representativa da população-alvo e minimizar o risco de viés nos resultados. O tamanho da amostra também será considerado para garantir a precisão estatística dos resultados;
- Análise cuidadosa dos dados: os dados serão analisados cuidadosamente para garantir que as conclusões da pesquisa sejam precisas e válidas. Isso inclui a utilização de técnicas estatísticas adequadas e a verificação dos resultados.

As medidas aqui descritas podem contribuir para minimizar os riscos envolvidos em uma pesquisa e garantir que os dados obtidos sejam precisos e confiáveis.

5.8 BENEFÍCIOS

A pesquisa poderá contribuir para a rede municipal de ensino ao sistematizar informações sobre o modo como as políticas de inclusão e alfabetização vêm sendo executadas no contexto local. Esse diagnóstico poderá favorecer a revisão de procedimentos

pedagógicos e administrativos, o aperfeiçoamento da formação docente, a qualificação dos mecanismos de acompanhamento da aprendizagem e o fortalecimento da articulação entre gestão, escola e serviços de apoio.

Para os profissionais participantes, o estudo poderá oferecer um espaço de reflexão sobre suas práticas, suas condições de trabalho e os desafios enfrentados na alfabetização de estudantes com necessidades educacionais específicas. Para o campo acadêmico, a pesquisa poderá ampliar a compreensão sobre a implementação de políticas educacionais em nível municipal, especialmente em contextos de rede pública local, contribuindo para o debate sobre inclusão, alfabetização e gestão educacional.

5.9 DESFECHO PRIMÁRIO

O desfecho primário desta pesquisa consiste na compreensão analítica de como a implementação das políticas públicas de inclusão educacional na rede municipal de São José de Piranhas influencia as práticas pedagógicas de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no que se refere ao planejamento docente, às estratégias didáticas, aos recursos de apoio e aos processos de avaliação da leitura e da escrita de estudantes com necessidades educacionais específicas.

5.10 DESFECHO SECUNDÁRIO

Como desfechos secundários, a pesquisa pretende identificar o arcabouço normativo que orienta a relação entre inclusão e alfabetização no âmbito nacional e municipal; mapear os mecanismos de governança e de articulação intersetorial presentes na rede; reconhecer barreiras institucionais, pedagógicas e formativas que dificultam a efetivação da alfabetização inclusiva; levantar práticas já consolidadas no município; e elaborar diretrizes e recomendações que possam subsidiar o aprimoramento das políticas educacionais locais.

5.11 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DA PESQUISA

Quanto ao procedimento ético, vale destacar que a pesquisa estará em concordância com os princípios éticos de investigação, fundamentados de acordo com a

legislação vigente e normas regulamentadas da pesquisa envolvendo seres humanos e seguiram as exigências da Resolução Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/2012, sobre a ética em pesquisa onde envolvem pessoas.

Também será previamente enviada documentação de solicitação formal a um comitê de ética para a realização da pesquisa, como também à instituição de ensino, campo do estudo para a devida liberação.

Após aprovação do Comitê de Ética, será realizada uma reunião com todos os participantes da pesquisa para que compreendessem a importância da realização desta pesquisa e explicar que manteríamos o anonimato, pelo uso de códigos para os referidos. Desta maneira, será considerado uma participação e uma colaboração efetiva ao estudo.

6 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Quadro 1 - Descrição das atividades que serão desenvolvidas com a previsão dos respectivos períodos de início e término.

PERÍODO ATIVIDADES	2026			2027			2028
	INÍCIO	TÉRMINO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	1º TRIMESTRE
Revisão de literatura	10/02	30/12	X	X	X	X	
Definição da problemática e hipóteses	10/02	10/02	X				
Delineamento dos objetivos	10/02	10/02	X				
Construção do Instrumento de pesquisa	10/02	10/02	X				
Elaboração do Projeto	10/02	10/02	X				
Submissão do projeto ao CEP	10/02	10/05		X			
Contato com a instituição para solicitar autorização para desenvolver a pesquisa	01/06	03/06		x			
Reunião com participantes da pesquisa	09/07	09/07			X		
Coleta de dados	09/07	30/08			X		
Categorização e Tabulação dos dados	01/09	30/10			X	x	
Desenvolvimento da Tese	01/11	30/12			X	X	
Defesa	20/01	30/01					X
Envio do relatório final ao CEP	01/02	15/02					X

7 ORÇAMENTO

As despesas não têm valor significativo, e será custeado pelo autor, com gastos apenas com material de consumo conforme quadro abaixo.

MATERIAIS	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Impressão	100	1,00	100,00
Combustível	10	6,82	68,20
Chamequinho Papel A4	1	13,90	13,90
Canetas	15	2,00	30,00

Lápis	12	1,10	13,20
Borracha	10	1,40	14,00
Pillot	3	5,90	17,70
Total			257,00*

*O valor de R\$ 257,00 poderá sofrer alterações no desenvolvimento da mesma.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. Promoting inclusion and equity in education: lessons from international experiences. **Nordic Journal of Studies in Educational Policy**, v. 6, n. 1, p. 1-10, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023**. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília, DF: Presidência da República, 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de orientações para implementação da avaliação contínua da aprendizagem na perspectiva inclusiva, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Brasília, DF: MEC, 2026.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2009.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIVIGI, Rosana Carla et al. Políticas educacionais inclusivas e a intersectorialidade com as políticas sociais: interfaces Brasil/Canadá. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 2240-2259, 2020.

HOSTINS, Regina Célia Linhares; MANTOVANI, Adriana Cristina Fanton. Intersetorialidade e direito à educação da pessoa com deficiência. **Revista Teias**, v. 26, n. 82, 2025.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap**, p. 11-38, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito à diferença nas escolas: questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências. **Revista Educação Especial**,

Santa Maria, n. 23, p. 17-23, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OECD. **Equity and inclusion in education: finding strength through diversity**. Paris: OECD Publishing, 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

UNESCO. **Global Education Monitoring Report 2024/5: leadership in education**. Paris: UNESCO, 2024.